



O ROMBO CONTÁBIL DA AMERICANAS EM 2023: UMA ANÁLISE DE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Matheus Ventura Guaracho

Pedro Hideki Maki Mayeves

Pedro Henrique Panini Fonseca de Jesus

João Victor Poliscuk Antunes

Pablo Henrique Paschoal Capucho

Resumo

Este artigo analisa o escândalo financeiro da Americanas, revelado em janeiro de 2023, um dos maiores casos de fraude contábil já registrado no Brasil. O objetivo é compreender os fatores que permitiram a manipulação contábil ao longo dos anos, além de avaliar as consequências econômicas, institucionais e legais do caso. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental baseada em fontes secundárias, como demonstrações financeiras, comunicados oficiais, relatórios da CVM, reportagens jornalísticas e artigos científicos. Os resultados indicam que a fraude foi sustentada por lançamentos contábeis indevidos ligados ao “risco sacado”, com ocultação de dívidas e superavaliação de lucros. Identificaram-se falhas graves na auditoria externa, nos controles internos e na governança corporativa da empresa. As repercuções incluem a perda de valor de mercado, processos administrativos e judiciais, prejuízos a bancos e fornecedores, além da deterioração da imagem institucional da companhia e seus controladores. Conclui-se que o caso evidencia fragilidades nos mecanismos de controle e fiscalização das empresas de capital aberto no Brasil, ressaltando a importância de auditorias independentes, transparência contábil e governança ética para garantir a integridade do mercado financeiro.

Palavras-chave: Americanas S.A.; fraude contábil; governança corporativa; mercado financeiro; auditoria externa.

Abstract

This article analyzes the Americanas financial scandal, revealed in January 2023, one of the largest cases of accounting fraud ever recorded in Brazil. The objective is to understand the factors that allowed accounting manipulation over the years, in addition to assessing the economic, institutional, and legal consequences of the case. The research adopts a qualitative approach, with documentary analysis based on secondary sources, such as financial statements, official communications, CVM reports, news reports, and scientific articles. The results indicate that the fraud was sustained by improper accounting entries linked to “drawn risk,” with the concealment of debts and overvaluation of profits. Serious flaws were identified in the company's external audit, internal controls, and corporate governance. The repercussions include loss of market value, administrative and judicial proceedings, losses to banks and suppliers, and deterioration of the institutional image of the company and its controllers. It is concluded that the case highlights weaknesses in the control and oversight mechanisms of publicly traded companies in Brazil, emphasizing the importance of independent audits, accounting transparency, and ethical governance to ensure the integrity of the financial market.

Keywords: Americanas S.A.; accounting fraud; corporate governance; financial market; external audit.

INTRODUÇÃO

O cenário corporativo brasileiro tem sido marcado por uma série de empecilhos financeiros e escândalos contábeis que impactam bastante a economia do país. A governança corporativa, os mecanismos de auditoria e a transparência financeira cada vez mais são necessários nos dias de hoje sendo fundamentais para a estabilidade da empresa e a confiança dos investidores. Em um ecossistema competitivo, as empresas precisam adotar práticas contábeis rigorosas para evitar fraudes e irregularidades que possam comprometer seu funcionamento a longo prazo.

O varejo brasileiro desempenha um papel fundamental para o funcionamento do país, sendo responsável por empregar milhões de brasileiros e movimentar bilhões de reais sendo representado por boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do país, segundo o estudo realizado anualmente pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), o varejo movimentou R\$ 1,99 trilhão em 2021, o que equivale a 22,9% do PIB brasileiro.

O caso da Americanas, uma das maiores varejistas do Brasil, se tornou um dos maiores escândalos financeiros da história do país. Segundo a CNN (2023) em janeiro de 2023, a empresa revelou erros contábeis de um total de R\$20 bilhões que foi revelado ser ainda maior posteriormente R\$43 bilhões. Essa descoberta gerou uma crise sem precedentes, afetando acionistas, credores e o mercado financeiro como um todo. A crise levantou questões sobre a eficácia dos mecanismos de auditoria.

Diante desse cenário, surge a seguinte problemática: como as falhas nos controles internos e na auditoria permitiram um rombo bilionário se acumulasse ao longo dos anos na Americanas? Além disso, o caso deixa questionamentos sobre os impactos econômicos e regulatórios de fraudes corporativas desse tamanho. Esse estudo busca analisar os fatores que levaram ao colapso financeiro da empresa, os desdobramentos jurídicos e econômicos do caso e possíveis medidas para prevenir situações semelhantes no futuro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Governança Corporativa e Auditoria: Mecanismos de Controle e Prevenção

A governança corporativa compõe-se em um conjunto de práticas que visam garantir transparência, imparcialidade e responsabilidade na administração das empresas. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2021), uma governança eficaz reduz riscos financeiros e assegura a confiança dos investidores. No entanto, a crise sem precedentes da Americanas expôs falhas graves nesse sistema, evidenciando a necessidade de auditorias rigorosas para evitar fraudes contábeis.

Segundo Marques et al. (2023), a auditoria independente tem um papel fundamental na prevenção de erros e fraudes financeiras. Os autores destacam que a ineficiência dos processos de auditoria pode permitir a manipulação de informações contábeis, mascarando a real situação financeira de uma empresa.

O rombo contábil da Americanas trouxe inconsistências bilionárias que não foram detectadas pelos mecanismos de auditoria tradicionais, levantando dúvidas sobre a eficácia da auditoria externa realizada pela PwC substituída posteriormente pela BDO. O caso demonstra como falhas nesses dois aspectos: governança corporativa e na auditoria podem permitir que fraudes financeiras se desenvolvam ao longo de anos sem serem identificadas.

Fraudes Contábeis e a Manipulação de Demonstrações Financeiras

A fraude contábil acontece quando informações financeiras são manipuladas para apresentar resultados artificiais, mascarando a real situação econômica de uma empresa. Conforme o estudo realizado por Marques et al. (2023) ressalta que a falta de controles internos robustos e a colaboração de executivos podem permitir que práticas fraudulentas se perpetuem.

No caso da Americanas, a prática conhecida como “risco sacado” (BAZZO, 2021) foi um dos mecanismos utilizados para ocultar passivos da empresa e inflar seus balanços financeiros. Essa técnica permitia que a empresa adiasse o reconhecimento de dívidas, criando a ilusão de uma saúde financeira estável.

A fraude contábil da Americanas não foi um evento isolado no cenário nacional, mas sim um reflexo de fragilidades estruturais na fiscalização do mercado financeiro brasileiro. Casos semelhantes, como os escândalos da IRB Brasil, Via e Grupo Itapemirim, demonstram que a ausência de regulamentação rígida e auditorias eficazes pode resultar em colapsos financeiros de grandes corporações.

METODOLOGIA

Essa pesquisa adota uma natureza básica, pois busca aprofundar o conhecimento sobre práticas contábeis fraudulentas e suas implicações, sem a aplicação imediata de resultados práticos. Conforme Gil (2019), a pesquisa básica tem como objetivo expandir o entendimento sobre determinado fenômeno sem a necessidade de intervenção direta. Na abordagem a pesquisa adotou a qualitativa, pois a pesquisa se baseia na análise interpretativa de informações extraídas de relatórios financeiros, artigos científicos e notícias sobre o caso Americanas. Conforme Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é utilizada quando o objetivo é entender um fenômeno por meio de interpretações de textos e contextos históricos. A pesquisa é descritiva e explicativa. Ela é descritiva porque apresenta as informações sobre o caso da Americanas de maneira sistemática, detalhando os eventos e suas consequências. Ao mesmo tempo, é explicativa, pois busca compreender os fatores que levaram à fraude contábil e seus impactos no mercado financeiro.

O objeto de estudo desta pesquisa é a fraude contábil da Americanas, revelada em janeiro de 2023. O foco está na análise dos fatores que permitiram a ocultação de dívidas bilionárias, nas falhas dos mecanismos de auditoria e nas consequências do escândalo para empresa e o mercado financeiro brasileiro.

A análise dos dados foi conduzida por meio de técnicas de análise documental, ou seja, na leitura crítica e interpretação dos documentos para identificar padrões, contradições e implicações do fenômeno estudado.

Para esta pesquisa, foram analisadas as Demonstrações Financeiras da Americanas, referentes ao período de 2018 a 2022, disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); os comunicados ao mercado e notas explicativas divulgadas pela empresa entre janeiro de 2023 e março de 2024,

obtidos no site oficial de Relações com Investidores da companhia; Analisados também artigos científicos deste caso e notícias de portais confiáveis sobre essa fraude.

Os dados foram organizados em categorias temáticas, como “Governança Corporativa e Auditorias”, “Fraudes Contábeis” e “Impactos Econômicos”, seguindo os eixos teóricos apresentados na Fundamentação Teórica. A partir dessas categorias, foi possível estabelecer relações entre os fatores que contribuíram para a fraude da Americanas e suas consequências para o mercado financeiro.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seguir são apresentados os dados coletados e analisados a partir de fontes secundárias, com destaque para artigos científicos, relatórios oficiais, documentos contábeis e reportagens jornalísticas. O objetivo é interpretar, de maneira crítica e contextualizada, os principais elementos do escândalo financeiro da Americanas S.A., revelado em janeiro de 2023. A análise foi estruturada em cinco principais tópicos, sendo eles: fraudes contábeis, falhas de auditoria, impactos financeiros, repercussões legais e consequências institucionais.

Fraudes Contábeis e Manipulação de Informações Financeiras

O escândalo contábil da Americanas envolveu a manipulação sistemática de informações ao longo de pelo menos uma década. A operação central da fraude envolvia a prática conhecida como risco sacado, que é uma modalidade de antecipação de recebíveis disponibilizada por bancos e instituições financeiras (CASAGRANDE, 2023). Em vez de registrar os passivos financeiros junto às instituições bancárias, a Americanas contabilizava esses valores como dívida com fornecedores, distorcendo a natureza do passivo.

Segundo Adachi (2023), acredita-se que entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões tenham sido omitidos dos registros financeiros de maneira sistemática. O problema não estava apenas na operação em si – que é legal -, mas no lançamento contábil de maneira incorreta, que omitia custos financeiros e inflava os lucros da empresa. Isso levou à distribuição indevida de dividendos e bonificações,

configurando potencial crime contra o mercado de capitais, conforme previsto na Lei nº 6.385/1976.

A fraude também comprometeu a imagem institucional da empresa, até então considerada sólida e bem-posicionada no mercado. A Americanas apresentava indicadores financeiros bons, como liquidez, EBITDA e crescimento, que na verdade estavam sustentados por dados artificiais. A manipulação desses dados impactou diretamente decisões de investidores, bancos e fornecedores, que se baseavam nesses números para conceder crédito ou realizar investimentos na empresa.

Além disso, os dados mostram que a contabilidade criativa não foi uma prática pontual, mas sim estruturada e integrada à cultura de gestão de empresas. O caso se assemelha a fraudes internacionais como Enron (2001) e Lehmann Brothers (2008), que também utilizaram ferramentas contábeis sofisticadas para ocultar dívidas e maquiar balanços.

Falhas na Auditoria, Contabilidade e Governança Corporativa

Um dos aspectos centrais que permitiram a sustentação da fraude contábil por tantos anos na Americanas foi a presença de falhas múltiplas e interligadas nos sistemas de auditoria externa, contabilidade interna e governança corporativa. Esses três pilares, que deveriam funcionar como mecanismos de fiscalização, prevenção de riscos e garantia de integridade das informações, mostraram-se ineficientes ou fragilizados diante da complexidade do esquema contábil utilizado pela companhia.

No que se refere à auditoria externa, a PwC Brasil – uma das chamadas “Big Four” do setor – foi responsável por revisar os balanços da Americanas por diversos anos consecutivos. No entanto, os pareceres emitidos não apontaram as inconsistências relacionadas ao risco sacado nem os lançamentos indevidos de passivos operacionais como se fossem financeiros. Isso levanta dúvidas sobre a profundidade dos testes realizados, a efetividade das amostragens adotadas, a análise de materialidade e, principalmente, o grau de independência da auditoria em relação à companhia auditada. A situação se agrava quando se considera que uma das premissas fundamentais da auditoria independente é atuar com isenção,

diligência e ceticismo profissional, princípios que parecem não ter sido devidamente observados.

Segundo Marques et al. (2023), o papel da auditoria é crucial para detectar fraudes e garantir a confiabilidade das demonstrações contábeis. No entanto, no caso Americanas, a falha em identificar os desvios compromete a própria credibilidade da função auditora. A discussão sobre a autonomia das firmas de auditoria também ganha força nesse contexto, considerando que essas empresas são remuneradas pelas organizações que auditam, o que pode gerar conflitos de interesse e fragilizar a postura crítica dos auditores frente às informações apresentadas.

Internamente, a contabilidade da Americanas apresentou um quadro de fragilidade estrutural. Os registros contábeis revelaram uma série de lançamentos recorrentes que contrariavam os princípios fundamentais da contabilidade, como a transparência, a competência e a integridade. A contabilização de financiamentos bancários como contas a pagar a fornecedores, e a omissão dos juros como despesas financeiras, inflaram os lucros e mascararam o endividamento. Essas práticas caracterizam o uso da chamada “contabilidade criativa”, que, embora tecnicamente estruturada, distorce a representação digna da realidade patrimonial e financeira da empresa, comprometendo a utilidade da informação contábil para os usuários externos.

Além disso, os sistemas de controle interno se mostraram ineficazes ou, no mínimo, negligentes. A falta de segregação de funções, a ausência de revisões cruzadas e a omissão de relatórios de inconformidades contribuíram para a perpetuação das práticas fraudulentas. Conforme apontado por Crepaldi (2011), o controle interno deve ser implementado dos registros, a segurança das informações e o cumprimento das normas contábeis e legais. No caso da Americanas, esses elementos estiveram ausentes ou foram sistematicamente desconsiderados.

No plano de governança corporativa, a atuação dos conselhos e comitês internos foi marcada pela passividade ou pela falta de efetividade. O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Riscos não exerceram adequadamente seu papel de supervisão estratégica e de controle das práticas contábeis. O modelo de governança da empresa, apesar de estar formalmente

alinhado às boas práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), falhou na prática, seja por omissão, seja por tolerância às distorções promovidas pela alta gestão.

A cultura organizacional da companhia também deve ser considerada nesse contexto. A ênfase em metas de desempenho, somada à pressão por resultados financeiros positivos, pode ter contribuído para um ambiente propício à manipulação contábil e ao silêncio institucional. Isso reflete um problema mais profundo, em que a ética empresarial e o compromisso com a transparência são subordinados aos interesses financeiros do curto prazo.

Em síntese, o caso evidencia que não houve falhas técnicas isoladas, mas sim uma quebra sistêmica de controles e de princípios de governança. A auditoria foi omissa ou ineficaz, a contabilidade foi utilizada como instrumento de dissimulação e os órgãos de governança interna não exerceram suas funções de forma ativa e responsável. Esse conjunto de fatores não apenas permitiu a ocorrência da fraude, como também impediu que ela fosse detectada a tempo, agravando seus efeitos e ampliando os danos para todos os envolvidos.

Impactos Econômicos e Financeiros

As consequências do escândalo extrapolaram os limites da Americanas, atingindo todo o ecossistema econômico que a cercava. A empresa perdeu, em poucos dias, mais de R\$ 10 bilhões em valor de mercado. As ações sofreram desvalorização de quase 80% após a revelação da fraude, segundo Miato (2023), foi a maior queda diária de uma empresa de capital aberto na bolsa brasileira desde 2008, o que afetou diretamente investidores institucionais e minoritários, inclusive fundos de previdência e grandes gestores.

Além disso, o escândalo impactou diretamente o sistema financeiro nacional. Bancos como Bradesco, BTG Pactual, Itaú e Santander sofreram perdas bilionárias, pois haviam concedido crédito à empresa com base nas informações distorcidas. Essas instituições precisaram aumentar suas provisões de créditos de liquidação duvidosa, afetando seus próprios resultados e capacidade de concessão de crédito.

Houve ainda uma queda geral na confiança do mercado de capitais. Outras empresas do varejo, como Magazine Luiza e Via Varejo, viram suas ações serem impactadas em efeito contágio. O caso levou analistas a questionarem a robustez das demonstrações financeiras de outras empresas listadas em bolsa, pois após a divulgação do escândalo houve uma escassez e maior dificuldade de crédito para as empresas do setor, bancos seguraram a liberação de empréstimos com medo de que novas fraudes fossem divulgadas UOL (2025).

No plano operacional, fornecedores – muitos dos quais pequenas e médias empresas – enfrentaram inadimplência e rompimento de contratos, afetando o fluxo de caixa e levando ao fechamento de unidades produtivas. Internamente, a Americanas iniciou fechamento de lojas, demissões em massa e revisão do plano de expansão, impactando milhares de trabalhadores e consumidores.

No agregado, o caso contribuiu para o aumento do custo do crédito corporativo, redução da confiança de investidores estrangeiros no setor de varejo e deterioração da imagem institucional da Americanas e seus controladores.

Repercussões Legais e Regulatórias

As repercussões jurídicas do caso Americanas foram rápidas, intensas e multiescalares, abrangendo investigações administrativas, civis, criminais e éticas. A amplitude dos efeitos expôs fragilidades não apenas na gestão da companhia, mas também nas instituições responsáveis pela fiscalização e normatização do mercado financeiro e contábil no Brasil.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) instaurou processos administrativos sancionadores contra os diretores da Americanas, com foco especialmente na área financeira e contábil da empresa. A CVM investiga violação do dever de diligência, omissão de informações relevantes e prestação de informações falsas ao mercado, o que pode configurar infração grave à Lei nº 6.385/76, que regula o mercado de capitais no Brasil. A depender da apuração, os envolvidos podem sofrer desde multas milionárias até a inabilitação para o exercício de cargos de administração em empresas listadas.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) anunciou abertura de processos ético-disciplinares contra os profissionais envolvidos, o que pode resultar

em suspensão ou cassação do registro profissional. Além disso, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal denunciaram 13 ex-executivos e ex-funcionários pela fraude da Americanas, segundo o G1 Rio (2025), o esquema era chefiado pelo ex-CEO da companhia.

Na esfera legislativa, o caso gerou projetos de leis voltados à transparência contábil, à obrigatoriedade da rotatividade das empresas de auditoria, e ao aumento das penalidades para fraudes em companhias abertas. Há também propostas de fortalecimento dos poderes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para ampliar sua capacidade de fiscalização e punição.

O episódio evidencia que, mesmo com a existência de normas rígidas – como a Lei das S.A. e a Instrução da CVM 308/99 -, há brechas operacionais e culturais que ainda permitem práticas fraudulentas. A regulação precisa ser acompanhada de fiscalização ativa e independência institucional.

Consequências Institucionais e Reputacionais

O escândalo da Americanas gerou impactos profundos na sua reputação corporativa, representando não apenas uma crise financeira, mas um colapso institucional. Uma marca com quase 100 anos de presença no varejo brasileiro, reconhecida por sua capilaridade nacional e por sua estratégia multicanal (lojas físicas, e-commerce e fintech), passou a ser associada à falta de transparência, gestão temerária e práticas fraudulentas. Esse abalo reputacional comprometeu o relacionamento da empresa com clientes, fornecedores, investidores, funcionários e sociedade em geral.

A marca Americanas, anteriormente considerada um dos ativos mais valiosos da companhia, sofreu um processo acelerado de desgaste. Diversas unidades passaram a receber protestos, houve boicotes organizados nas redes sociais e a confiança do consumidor foi demasiadamente comprometida. A divisão do digital da empresa, como a plataforma Ame Digital e o marketplace Submarino, também teve sua imagem prejudicada, dificultando a retenção de clientes e parceiros comerciais.

Além da empresa em si, as consequências reputacionais se estenderam aos seus principais acionistas e à elite empresarial brasileira. Jorge Paulo Lemann,

Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira – fundadores do 3G Capital e controladores indiretos da companhia -, até então celebrados como modelos de excelência em gestão, passaram a ser alvos de críticas na imprensa e nas redes sociais. Artigos de opinião e análises acadêmicas começaram a questionar os métodos agressivos de gestão adotados pelo 3G Capital, com foco em cortes extremos de custos e metas rígidas de desempenho, que podem ter incentivado um ambiente corporativo na pressão por resultados a qualquer custo.

Segundo Felicíssimo (2023), o caso da Americanas demonstrou que mesmo grandes corporações, consideradas sólidas pelo mercado, podem colapsar diante de fraudes internas não detectadas por sistemas de controle e auditoria.

Outra consequência significativa foi a perda de credibilidade perante o mercado financeiro. Fundos de investimento, corretoras, casas de análise e agências de risco passaram a tratar a Americanas como uma empresa de altíssimo risco, provocando sua retirada de carteiras recomendadas e a perda de grau de investimento. Esse movimento gerou uma espécie de “isolamento financeiro” da companhia, dificultando a captação de recursos e renegociações de dívidas.

O caso também influenciou outras empresas varejistas, que, sob pressão do mercado e dos investidores, passaram a revisar suas práticas contábeis e de governança, com medo de serem associadas ao mesmo tipo de risco reputacional. Organizações como Magazine Luiza, Via Varejo, Carrefour e Pão de Açúcar intensificaram suas comunicações com investidores, aumentaram a divulgação de notas explicativas em seus relatórios financeiros e buscaram reforçar suas políticas de compliance.

Além disso, o escândalo provocou reflexões profundas nas instituições de ensino e entre os órgãos de classe, especialmente no campo da Contabilidade e da Administração. Diversas universidades passaram a incorporar o caso Americanas como estudo de caso obrigatório em disciplinas de ética profissional, auditoria, contabilidade societária e governança corporativa. Isso demonstra a importância pedagógica do episódio como exemplo de práticas que devem ser combatidas por meio da formação técnica e ética dos futuros profissionais.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), diante da repercussão pública do caso, reforçou campanhas de valorização do código de ética da profissão

contábil e anunciou medidas de aprimoramento na capacitação de contadores e auditores. A expectativa é que escândalos como o da Americanas estimules transformações duradouras na forma como se comprehende o papel do contador na estrutura da governança corporativa.

No campo da mídia e da opinião pública, o caso consolidou uma nova sensibilidade social em relação à responsabilidade corporativa, evidenciando que empresas de capital aberto não apenas devem cumprir suas obrigações legais, mas também atende expectativas éticas e sociais. A Americanas, nesse sentido, passou a ser frequentemente citada em reportagens e debates como exemplo de risco moral, onde a percepção de impunidade e a busca desenfreada por resultados levaram à deterioração institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escândalo contábil da Americanas, tornado público em janeiro de 2023, não apenas abalou uma das maiores varejistas do Brasil, como também expôs de forma conclusiva as vulnerabilidades do sistema corporativo e financeiro brasileiro. Com um rombo que ultrapassou os R\$ 40 bilhões, o caso revelou um enredo de falhas estruturais, negligência institucional, fragilidade nos mecanismos de auditoria e distorções ético-profissionais que, combinadas, permitiram que uma fraude de proporções inéditas ocorresse de forma contínua por pelo menos uma década.

Os dados analisados demonstram que a prática do “risco sacado”, embora legal, foi utilizada de maneira intencionalmente inadequada, com o objetivo de esconder dívidas financeiras por meio de lançamentos operacionais. Essa manipulação deliberada comprometeu a dignidade das demonstrações contábeis, resultando na superavaliação dos lucros, no mascaramento do real nível de endividamento da companhia e na distribuição indevida dos dividendos, beneficiando acionistas e gestores com base em dados fictícios.

As consequências foram devastadoras. A Americanas perdeu bilhões em valor de mercado, viu suas ações despencarem, entrou em processo de recuperação judicial, enfrentou boicotes de consumidores e fornecedores e passou a ser alvo de diversas ações civis, penais e administrativas. Seus credores –

incluindo bancos de grande porte – sofreram perdas bilionárias, impactando diretamente o setor bancário e gerando desconfiança generalizada no setor varejista.

Além disso, o episódio gerou uma quebra de confiança institucional. A auditoria externa, realizada por uma das maiores empresas do setor (PwC), falhou em identificar ou denunciar irregularidades evidentes, o que compromete a credibilidade do parecer de auditoria enquanto instrumento confiável para o mercado. Internamente, os controles corporativos mostraram-se frágeis e inoperantes, e os órgãos de governança, como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, mostraram-se omissos ou coniventes.

O caso também repercutiu intensamente no cenário jurídico e regulatório. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Ministério Público Federal e a Polícia Federal instauraram investigações para apurar a responsabilidade de executivos, auditores e conselheiros. Na esfera legislativa, o caso reacendeu o debate sobre a necessidade de reformas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), propondo, por exemplo, a obrigatoriedade de rotatividade de firmas de auditoria, o fortalecimento das instâncias internas de fiscalização das empresas e o endurecimento das penalidades para fraudes corporativas.

Em nível institucional e reputacional, a Americanas sofreu danos profundos e, possivelmente, irreversíveis. Sua marca, sempre muito respeitada no cenário brasileiro, passou a ser associada à fraude e à irresponsabilidade de gestão corporativa. Os controladores, tidos como ícones da eficiência e da gestão racional – Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira – tiveram sua imagem amplamente desgastada, não apenas pelo escândalo em si, mas pela percepção pública de que priorizaram metas financeiras em detrimento da ética e da transparência. A confiança dos consumidores, fornecedores e investidores foi profundamente comprometida.

No campo acadêmico e profissional, o caso torna-se emblemático e didático. Ele será, sem dúvida, incorporado como estudo de caso em cursos de Contabilidade, Administração, Direito e Economia, especialmente nas disciplinas de Auditoria, Governança Corporativa, Ética Profissional, Contabilidade Societária

e Finanças Corporativas. A crise da Americanas é um alerta sobre os limites do conhecimento técnico quando dissociado de princípios éticos e de uma cultura organizacional orientada à responsabilidade.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho baseou-se em fontes secundárias, tais como artigos científicos, reportagens investigativas, relatórios oficiais e demonstrações financeiras públicas. A limitação inerente à ausência de dados primários foi compensada pelo uso rigoroso de fontes confiáveis e pelo estudo da teoria com a literatura acadêmica pertinente. Contudo, recomenda-se que futuros estudos explorem o tema com métodos empíricos – como entrevistas profissionais da área contábil e auditoria – ou comparações com outros casos de colapsos corporativos, nacionais e internacionais.

Por fim, o escândalo da Americanas não deve ser visto como um caso isolado, mas como um sintoma de um modelo empresarial e regulatório que precisa ser repensado. O fortalecimento da ética profissional, da independência das auditorias, da transparéncia contábil e da atuação efetiva dos órgãos reguladores não é apenas uma necessidade pontual – é uma condição indispensável para a integridade dos mercados e para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

É necessário, portanto, que os aprendizados extraídos deste caso ultrapassem os relatórios e ganhem espaço na formação dos profissionais, na reforma das instituições e na cultura corporativa, para que escândalos dessa magnitude não se repitam e para que o ambiente de negócios do Brasil evolua em direção à transparéncia, à responsabilidade e à confiança mútua.

Referências

- ADACHI, V. **O rombo de 20 bilhões das Americanas: explicado.** Revista Reset, 2023.
- BAZZO, P. (2021) **Antecipação de recebíveis: o que é e quando vale a pena?** Revista exame.
- CASAGRANDE, R. (2023). **RISCO SACADO: O QUE É E COMO FUNCIONA ESSA OPERAÇÃO?** Disponível em: <https://investnews.com.br/guias/risco-sacado/>.
- CNN (2023). **Veja tudo o que aconteceu no rombo da Americanas e saiba o que ainda está por vir.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/veja-tudo-o-que-aconteceu-no-rombo-da-americanas-e-saiba-o-que-ainda-esta-por-vir/>.
- CREPALDI, A. S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática.** Atlas, 2011.

O ROMBO CONTÁBIL DA AMERICANAS EM 2023: UMA ANÁLISE DE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

- CRESWELL, J. W. (2014) **Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approach.** 4^a edição. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- CUNHA, L. & UOL (2025). **Efeito Americanas? Saiba por que ações de Magalu e Casas Bahia despencaram.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/01/14/por-que-magalu-e-bahia-cairam-como-americanas-se-nao-houve-rombo.htm>.
- FELICÍSSIMO, R (2023). A Crise das Americanas: entenda tudo. Canal youtube passo a passo empreendedor. Disponível em: A CRISE DAS AMERICANAS - ENTENDA TUDO.
- GIL, A.C. (2019) **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7^a edição. São Paulo: Atlas.
- IBGC – Instituto de Governança Corporativa. (2021). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 6^a edição. São Paulo: IBGC.
- MARQUES, R. A., Souza, E. R., Teixeira da Silva Santos, I. & Prado Scardova Rezende, A. (2023). **Caso Americanas: A importância da auditoria na prevenção de erros e fraudes.** Revista Científica Unilago, 1(1).
- MIATO, B & MATOS T. G1 Economia (2023). **Americanas desaba na bolsa após descoberta de rombo de R\$ 20 bilhões; entenda o caso.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/01/12/americanas-desaba-na-bolsa-apos-descoberta-de-rombo-de-r-20-bilhoes-entenda-o-caso.ghtml>.
- SAIGG, M. G1 Rio & TV Globo (2025). **Fraude da Americanas: PF indicia e MPF denuncia 13 ex-executivos.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/31/fraude-na-americanas-pf-indicia-e-mpf-denuncia-13-ex-executivos.ghtml>.
- SEBRAE (2023). **Estudos & notícias: o varejo na economia brasileira.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/estudos-noticias-o-varejo-na-economia-brasileira,cdf0126117ee5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>.